

O MITO DA INTERDISCIPLINARIDADE E OUTROS MITOS.

MARIA STELLA MARTINS BRESCIANI

Do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas (SP).

Pensar a industrialização brasileira como um momento do específico processo de desenvolvimento do capitalismo nas formações sociais que ocupam posição subordinada na economia mundial tem sido o traço que atualmente define e diferencia os trabalhos de alguns economistas (1). Preocupados com a particular forma de inserção do Brasil no sistema capitalista, eles buscam compreender como a dinâmica do movimento mais amplo do capital penetra as sociedades periféricas. Preocupa-os também apreender essa dinâmica como movimento global que atravessa as várias formações sociais determinando-lhes, tanto as relações técnicas e sociais de produção, bem como as relações de dominação política e ideológica. Esses pesquisadores têm procurado se afastar da concepção corrente que explica a industrialização como uma das fases do desenvolvimento econômico em geral, entendida a crescente produtividade como resultado do progresso técnico em si. Afastam-se ainda, da vertente de análise que confere ao mercado o estatuto de elemento explicativo do desenvolvimento de relações de produção capitalistas.

Num contexto histórico que aceita e referenda a divisão do trabalho intelectual e estimula a crescente especialização dos vários ramos do conhecimento como possibilidade única de progressivo rigor científico, esses trabalhos ganham particular importância por rom-

(1). — Referimo-nos a algumas das teses de doutorado que têm sido apresentadas ao Departamento de Economia do IFCH-Unicamp, sem deixar de reconhecer o mérito de trabalhos anteriores como o de Celso Furtado e os de Maria Conceição Tavares.

per com o mito da interdisciplinaridade. E rompem com ele de diversas maneiras. Por um lado, mostram que as Ciências Humanas são uma única e global forma de apreensão do social, o que denuncia por si o artificialismo de várias disciplinas que se sobrepõem discursando com seus respectivos jargões sobre uma mesma realidade. Sem pretender menosprezar o necessário privilegiamento de níveis de análise, pode-se dizer que a investida de economistas no estudo de determinados momentos do processo histórico tem contribuído para romper com o hermetismo a que se haviam subordinado as várias ciências sociais, presas na armadilha da especificidade de seus pressupostos particulares. Assim, ao esforço pioneiro de alguns sociólogos, politólogos e historiadores, que marcou decisivamente a década de 60 nos meios universitários, acrescenta-se agora a adesão dos economistas.

Transpostos os limites asfixiantes da compartimentação disciplinar, as pesquisas têm deixado de lado também determinados preconceitos que faziam com que muitos trabalhos investissem demasiado esforço numa análise do que poderíamos chamar de fontes de segunda mão. Indiscutivelmente essas fontes — a bibliografia disponível sobre um tema — constituem etapa indispensável a todo estudo sério. Entretanto, a experiência tem demonstrado que os trabalhos que as aceitam como círculo contingente acabam por padecer de limitações bastante expressivas. E para ficar numa única dessas limitações — aquela que considero a mais perigosa — convém anotar que as fontes bibliográficas estão muito longe de congregar um conjunto de trabalhos teórica e metodologicamente informados pelo mesmo procedimento analítico. Daí a dificuldade de se obter uma síntese satisfatória com os recortes de trabalhos heterogêneos e frequentemente conflitantes entre si. Nesse sentido, também o preconceito relativo à busca e à utilização de fontes primárias — documentação —, até então definidas e tidas como da competência exclusiva da pesquisa histórica, tem sido abandonado embora com timidez.

Mantendo-nos restritos ao elenco de trabalhos de economistas, creio poder afirmar que o recém-publicado estudo de Sérgio Silva (2) sobre a relação entre a expansão cafeeira e a industrialização no Brasil, é representativo desse esforço de apreensão do processo econômico como parte indissociável do processo social mais amplo. Originariamente apresentado como dissertação para o curso de pós-graduação da *École Pratique des Hautes Études*, surge agora editado em português numa versão que, segundo o autor, procura desenvolver as teses indicadas naquele trabalho inicial (p. XV).

(2). — *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, Alfa-Omega.

Inúmeras são as contribuições desse trabalho, seja para o esclarecimento das peculiares condições postas pela produção cafeeira para o início do processo de industrialização no Brasil, seja para o esforço de superar os estreitos limites da análise econômica convencional no sentido que apontamos acima.

Alinhemos de início alguns dos passos que Sérgio Silva dá no sentido de operacionalizar o método de análise da Teoria da História. O primeiro deles refere-se a problemática da periodização entendida como referencial que define momentos significativos para a sociedade como um todo. Assim, a expansão cafeeira considerada como etapa que precede e cria as condições de possibilidade para a industrialização no país, é entendida como elemento componente do sistema capitalista, onde, na segunda metade do século XIX, o comércio internacional tem seu crescimento acelerado a um ritmo sem precedentes. Essa conjuntura foi bastante favorável para a

“economia de países onde o desenvolvimento do capitalismo era ainda fraco” e “no que se refere ao Brasil, e em particular à economia cafeeira brasileira, essas condições foram especialmente favoráveis” (p. 29).

E vai além, ao datar a fase do capitalismo que determina a peculiaridade da produção de café — entendida na acepção ampla do movimento completo do capital — como o lugar em que se realiza a acumulação necessária ao surgimento da indústria:

“A fase de transição do capitalismo no Brasil se realiza quando o capitalismo já é dominante em escala mundial” (p: 24),

o que implica em dizer que:

“A dominação internacional das relações de produção capitalistas significa que a reprodução ampliada do capital não se realiza mais somente ao nível nacional, mas ao nível internacional... A dominação das relações capitalistas em escala internacional significa também a submissão do desenvolvimento do capital em escala nacional à reprodução internacional do capital” (ps. 24 e 25).

A partir desse referencial teórico e histórico, o Autor situa o Brasil do período de 1880 a 1930 numa *fase de transição* para o capitalismo. Apoiado na teoria da transição proposta por Althusser e Balibar (3) e desenvolvida por Charles Bettelheim (4) ele define

(3). — *Lire le Capital*, Maspero, 1965.

(4). — *A transição para a economia socialista*, Zahar, 1969.

essa fase com base no conceito de *estrutura de transição* “enquanto combinação de vários modos de produção” determinada pelo modo de produção dominante (págs. 22 a 24).

A preocupação com a periodização histórica e com os conceitos relativos à localização do tema específico numa problemática mais ampla, me parece ser a contribuição teórica fundamental de Sérgio Silva no intuito de enriquecer a polêmica em torno de um tema não inteiramente elucidado ainda.

No que se refere ao problema da industrialização no Brasil, seu trabalho contribui de duas maneiras básicas. Uma delas vem, mais uma vez, demonstrar que a compreensão do nosso específico processo de desenvolvimento industrial só poderá avançar rompendo com todo e qualquer mito que explique a indústria surgindo da luta travada por um punhado de “industrialistas idealistas”. Buscando nas condições objetivas da produção cafeeira, na área de São Paulo principalmente, as determinantes da industrialização brasileira, seu trabalho consegue indicar um procedimento fecundo para o estudo das contradições do desenvolvimento baseado na economia do café que por sua vez subordinava-se ao capital monopolizador internacional (pág. 77 e segs). Essas condições criadas pelo capital cafeeiro dizem respeito à passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado, à mecanização parcial da lavoura, às operações de financiamento e comercialização que facultaram a constituição de casas de exportação e de bancos, elementos esses que fizeram

“da economia cafeeira o centro de uma rápida acumulação de capital baseada no trabalho assalariado”. E conclui: “é como parte integrante dessa acumulação de capital que nasce a indústria no Brasil” (ps. 80 e 81).

Dessa maneira, as relações entre café e indústria são reestudadas e reformuladas nos seguintes termos:

“A análise correta dessas relações é impossível se considerarmos café e indústria como elementos opostos. É indispensável reunir café e indústria como partes da acumulação de capital no Brasil: mais precisamente, como partes das novas formas de acumulação cuja formação encontra as suas origens na década de 1880 e 1890” (p. 81).

O exame das relações contraditórias e complementares entre produção agrícola e industrial, determinadas nesse momento pelo capital mercantil cafeeiro foi completado pela observação dos censos industriais do início do século e levou Sérgio Silva a rejeitar a tese geralmente aceita

“segundo a qual, durante o período da hegemonia cafeeira, a indústria caracteriza-se por pequenas empresas voltadas para reduzidos mercados locais” (p. 86).

Em seu lugar ele propõe a tese alternativa de que são as grandes empresas as

“que melhor caracterizam a estrutura industrial brasileira durante o período estudado” (p. 87).

Eis aí uma colocação polêmica que questiona a perspectiva de análise que infere da existência predominante de unidades artesanais ou semi-artesanais, no período de gestação da indústria no Brasil, a sua importância em termos históricos. Para o Autor, o que realmente importa para se compreender a dinâmica de uma formação social é antes de tudo a forma como o capital internacional penetra nessas sociedades e uma vez no seu interior desenvolve um movimento restrito que em determinadas condições permite a acumulação interna e o desenvolvimento industrial (ainda que restringido). Sérgio Silva localiza nas grandes empresas a possibilidade dessa acumulação que se realiza a partir da produção do café mas prossegue fora dela e define a especificidade da nascente indústria brasileira pelo seu traço essencial: é uma indústria que já nasce concentrada.

Embora reconhecendo a natureza indicativa, mais do que demonstrativa da parte histórica de seu trabalho, pois que em grande parte se apoia em apenas dois censos (1907 e 1920) estruturados em critérios de seleção duvidosos e parciais, não podemos deixar de reconhecer a decisiva contribuição que faz no sentido de captar o movimento real do capital industrial, limitado que se encontra pelas formas dominantes de desenvolvimento do capitalismo no Brasil (pág. 114 e 115).